



Ana Luísa Barbosa Lage

Projeto de graduação

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto
universitário”

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1º Ciclo de estudos em Criminologia

Porto, 2015

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto universitário”

Ana Luísa Barbosa Lage

Projeto de graduação

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto
universitário”

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1º Ciclo de estudos em Criminologia

Porto, 2015

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto universitário”

Ana Luísa Barbosa Lage

Projeto de graduação

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto
universitário”

(Ana Luísa Barbosa Lage)

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciatura em Criminologia, sob orientação da Professora Doutora Glória Fernández-Pacheco.

Resumo

O fenómeno da condução sob o efeito do álcool é cada vez mais frequentemente abordado por diversos autores que partilham grande preocupação, pois o álcool transformou-se numa das drogas aditiva com mais impacto prejudicial nos jovens, sendo conhecido o aumento do número de jovens que o ingerem, e além disso, a idades mais prematuras.

Este trabalho debruçou-se precisamente sobre esse fenómeno, onde foram abordadas várias teorias, para perceber a relação entre o uso abusivo de drogas e a condução sob o efeito do álcool, a evolução destes dois fenómenos.

O objectivo da investigação passa por explorar os efeitos do uso abusivo de álcool na condução nos jovens de 16-21 anos, e as experiências dos jovens universitários no uso de álcool no tempo de lazer, para assim alertar e sensibilizar para esta crescente problemática.

Assim para responder aos objetivos de estudo, propõe-se um projeto de investigação a respeito da temática em contexto universitário, usando uma metodologia quantitativa, através de um questionário de opinião e atitudes, como método de recolha de informação.

Palavras-Chave: Álcool; Condução; Comportamentos desviantes; Comportamento rodoviário de risco.

Abstract

The phenomenon of driving under the effect of alcohol is frequently approached by many authors, because of the alcohol has become the addictive drug with more impact on young people. In the last few years, there is well documented that the number of young people who ingest this beverage is increasing. Beside of that fact, in a more premature years.

This study bend over exactly about that phenomena, where has been approached many theories, to acknowledge the correlation and the evolution of relationship between alcohol and driving.

The aim of the research aims to explore the effects of alcohol abuse in youth drivers from the ages 16-21 years, and the experiences of university students in the use of alcohol in their leisure time, in order to alert and raise knowledge of this growing phenomenon.

Proposing a research project on the theme in a university context, using a quantitative methodology, through an opinion questionnaire and attitudes, as a method of gathering the information.

Key-words: Alcohol; Driving; Deviant behavior; Road risk behavior.

Índice

Introdução	10
Capítulo I – Enquadramento Teórico	13
1.1 Contextualização: consumo de álcool e a condução	14
1.1.1. Conceitos e definições: consumo abusivo de álcool e a condução..	14
1.1.2. Estatísticas: consumo de álcool e a condução	15
1.2 Enquadramento Legal	16
1.2.1 Legislação sobre a condução de veículo sob a influência de álcool.....	16
1.3 Enquadramento Teórico	17
1.3.1 Teorias Sociológicas	17
1.3.1.1 Teoria do controlo social: autocontrolo	17
1.3.1.2 Teoria da aprendizagem e a teoria da associação diferencial.....	18
1.3.2 Teorias Psicológicas	19
1.3.3 Teoria Desevolventais	20
1.3.3.1 Fatores de Risco e de proteção	22
1.3.4 Teorias Ambientais	23
1.3.4.1 Teoria das oportunidades: routine activity approach	23
1.4 Estudos empíricos sobre fatores de risco ligados à condução sob efeito de álcool	24
1.4.1 Investigações empíricas no âmbito internacional	25
1.4.2 Estudos empíricos em Portugal	27
1.4.2.1 Tipo de transporte utilizados	28
1.5 Ponto de Partida para a investigação	29
Capítulo II – Contribuição Empírica	31
2.1. Metodologia	32
2.2. Objetivos de estudo	32
2.3.Procedimentos.....	33
2.3.1. Caraterização da amostra	33
2.3.2. Instrumento	33

2.4. Resultados esperados	34
2.5. Discussão	35
2.6. Conclusão	36
Referências Bibliográficas	38
Anexos	44

Anexo A - Declaração de consentimento informado relativo ao questionário dirigida a estudantes universitários da UFP

Anexo B - Questionário dirigida a estudantes universitários da UFP

Índice de Siglas

CE- Código da Estrada

CP- Código Penal

CPP- Código Processo Penal

FCHS- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

GNR- Guarda Nacional Republicana

INE- Instituto Nacional de Estatística

NIDA- National Institute on Drug Abuse

OMS- Organização Mundial de Saúde

PMP- Polícia Municipal do Porto

PSP- Polícia de Segurança Pública

RASI- Relatório Anual de Segurança Interna

TAE- Teor de Álcool no Ar Expirado

TAS- Teor de Álcool no Sangue

UFP- Universidade Fernando Pessoa

UNODC- United Nations Office on Drugs and Crime

Introdução

O presente trabalho versa essencialmente sobre a eventual relação entre o consumo de álcool e os comportamentos desviantes, nomeadamente na condução sob o efeito de álcool. O estágio curricular motivou o interesse para realização do seguinte projeto de graduação, no âmbito da licenciatura em criminologia, da Universidade Fernando Pessoa (UFP).

O estágio efectuado na Polícia Municipal do Porto (PMP), decorreu essencialmente na vertente da fiscalização rodoviária, que suscitou o interesse em continuar o estudo para a realização deste projeto em virtude do facto de esta problemática estar em ascensão (de acordo com as estatísticas do RASI 2009, como vamos referir mais à frente) e também o início ser cada vez mais precoce por parte dos jovens, tratando-se de um problema muito longe de se encontrar controlado, segundo os estudos empíricos realizados sobre esta temática de estudo.

Neste sentido, considera-se que ao analisar esta realidade atual poder-se-á prevenir e intervir em certos comportamentos de risco por parte dos jovens, através de programas de intervenção e políticas públicas realizadas para o efeito.

Os ambientes de recreação nocturna têm conquistado na realidade contemporânea um protagonismo cada vez mais crescente nos jovens, estabelecendo estilos de vida e tornando legítimo as condutas tidas como necessárias para a diversão e prazer imediato. É neste seguimento que se verifica a propagação e regularização do consumo de álcool recreativo e de drogas, bem assim a adoção de outras condutas de risco associadas, como por exemplo a condução rodoviária e a violência (Lomba, 2011).

Este tema é atual, havendo já alguns estudos, sendo que é um tema cada vez mais estudado, dada a sua importância, sendo também útil desenvolver a sensibilização da sociedade (Lomba, 2011), bem assim das suas consequências e, é pertinente dado o seu emergente crescimento, como demonstram as estatísticas do RASI (2009; 2014) que revelam que em Portugal, entre 2009 e 2014, as Forças de Segurança (PSP e GNR) verificaram um aumento dos condutores que cometeram infracções de condução sob influência do álcool.

Atualmente o álcool encontra-se com mais presença na adolescência, sendo uma fase etária onde se torna mais perigoso o consumo desta substância, de forma a sofrerem

danos físicos, sociais e emocionais (Centro de Alcoologia do Sul, 2001). Segundo Zeigler et al., (2005) o consumo de álcool é um contributo significativo para os “malefícios” na adolescência, encontrando-se relacionado com os acidentes de viação, consumo de outras drogas e outros comportamentos de risco. Como referem Crosnoe, Muller & Frank (2004, cit. in Mendes e Lopes, 2007), este tipo de consumo, nesta fase de vida do jovem, é tido como o problema social, que precisa de uma maior atenção pelas políticas públicas.

O projeto tem como **objectivo geral** explorar os efeitos que o consumo de álcool tem nos jovens, de entre 16-21 anos, relativamente à condução rodoviária.

E como **objectivos específicos**, analisar as situações que levam os jovens a realizar essas práticas abusivas e explorar os fatores de risco e de protecção face a estes comportamentos. Para alcançar estes objectivos acabados de referir, será em primeiro lugar realizada uma revisão e pesquisa bibliográfica sobre o tema de estudo e a seguir, será apresentada uma proposta de investigação empírica.

O trabalho divide-se em dois capítulos, sendo estes o enquadramento teórico e a contribuição empírica.

O primeiro capítulo será direccionado à revisão da literatura, no que diz respeito aos vários conceitos abordados neste trabalho e encontra-se subdividido em 4 partes.

A primeira parte começa por apresentar a análise do conceito de álcool e as condutas antissociais associadas a este consumo. A segunda parte, será dedicada à classificação e enquadramento legal. A seguir será abordada uma revisão de literatura, nomeadamente sobre as teorias sociológicas, psicológicas, os fatores de risco e protecção que estão associados à condução sob o efeito do álcool e por último a teoria das Oportunidades. A quarta parte diz respeito a estudos empíricos sobre a condução sob o efeito de álcool onde são abordados os ambientes recreativos, os transportes utilizados e os demais comportamentos de risco e de protecção. Finalmente a quinta parte faz referência ao ponto de partida para a investigação.

O segundo capítulo é dedicado à proposta de uma investigação, a aplicar especificamente a uma amostra de estudantes da Universidade Fernando Pessoa, sobre a problemática da condução sob a influência de álcool. Nesta parte, menciona-se o

método, os objectivos de estudo, os procedimentos e, por fim, os resultados esperados e a discussão.

Por último, será apresentada, uma conclusão a respeito do que foi abordado ao longo de todo o projeto, no qual constará uma reflexão crítica global, e ainda as referências bibliográficas e os anexos.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

1.1. Contextualização: consumo de álcool e a condução

1.1.1. Conceitos e definições: consumo abusivo de álcool e a condução

O álcool, também designado por etanol ou etilálcool, de que o seu efeito é, ao mesmo tempo, hipnótico e sedativo. É uma substância tóxica, que se encontra em todas as bebidas destiladas ou fermentadas, sendo a droga mais difundida em todo o mundo (Doron & Parot, 2001; cit in Nunes e Jólluskin, 2010).

Visto a sua aceitação cultural, nomeadamente em Portugal e noutros países ocidentais, assim como o acesso fácil ao álcool, leva a que seja a droga mais consumida nestes países (Cordeiro, 2003; cit in Nunes e Jólluskin, 2010).

Trata-se de uma substância que reproduz efeitos depressores sobre o sistema nervoso central, por ser tóxica, no entanto o seu consumo vulgarizou-se, onde já não se diferencia o ato de beber recreativo do social e ainda o abuso do álcool (Kaplan & Sadock, 1998; cit in Nunes e Jólluskin, 2010).

O consumo excessivo de álcool, que leva aos estados de embriaguez, pode levar o indivíduo a situações delirantes, alucinatórias, condutas alteradas seguidas de uma provável amnésia de comportamentos desenvolvidos sob o efeito do álcool (Aragão & Sacadura, 2002; cit in Nunes e Jólluskin, 2010). Referem ainda estes autores que sem quaisquer dúvidas que o consumo excessivo de álcool, leva à estrutura de processos de decadência intelectual, física, ética e social.

Mesmo quando ocasionalmente, o estado de embriaguez leva o jovem a praticar transgressões, infrações, e outros delitos, infringindo a lei, a ordem pública e a segurança (Torres, 1996).

Segundo DuPont (2005; cit in Nunes e Jólluskin, 2010), caracteriza o álcool como sendo: a única droga que possui calorias; a mais consumida e antiga no mundo; é ingerida via oral; é distribuída e absorvida rapidamente pelos tecidos orgânicos; é transformada em água e dióxido de carbono em algumas horas; é muitíssimo prejudicial para a saúde quando ingerida em doses elevadas; é presumivelmente o mais nocivo e tóxico do mundo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001, 2004) considera que independentemente das desigualdades culturais e socioeconómicas, o álcool é a substância mais escolhida para consumir pelos jovens.

1.1.2. Estatísticas: consumo de álcool e a condução

Uma das substâncias mais consumidas no mundo é o álcool (OMS, 2002), estando a prevalência mundial de consumo a aumentar (UNODC, 2004). Provocando graves consequências na saúde pública, estando relacionado com o estilo de vida, e considerado actualmente um fundamental determinante de saúde (OMS, 2002).

Em Portugal ao longo de 2009 as Forças de Segurança fiscalizaram cerca de 3.237.300 condutores, em que foram detectadas 42.137 infracções de condução sob influência do álcool, dos condutores detetados em infração 20.246 apresentavam uma TAS maior ou igual a 1,20g/l (RASI, 2009).

Durante o ano de 2014, o número total de condutores fiscalizados, resultado das operações e acções realizadas pela PSP e GNR, foi cerca de 3.011.359, sendo que 48.091 pela infracção de condução sob influência do álcool, dos condutores detetados em infração 20.657 apresentavam uma TAS maior ou igual a 1,20g/l (RASI, 2014).

Podemos assim verificar, comparativamente entre 2009 e 2014, um aumento da condução sob o efeito do álcool, visto que em 2014 foram fiscalizados menos condutores do que em 2009, no entanto quer as infracções detetadas, quer as situações já consideradas como crime, como é o caso da TAS igual ou superior a 1,20 g/l, aumentaram em ambos os casos, o que vem corroborar este crescente comportamento antissocial.

Numa perspectiva mundial, Portugal é dos países que mais consome bebidas alcoólicas, e tem vindo a apresentar ultimamente mudanças nos hábitos de consumo, principalmente por se tratar de um grupo particularmente vulnerável, nomeadamente os adolescentes (Rodrigues, Pereira e Barroso, 2005).

Na verdade, o número de jovens consumidores de bebidas alcoólicas aumenta gradualmente com a idade, iniciando-se o consumo por volta dos 12 anos de idade (Matos, 2003). Neste sentido, segundo o INE (2012) no ano de 2010, em Portugal, os jovens vítimas de acidentes rodoviários fatais, com idades compreendidas entre os 20 e

os 44 anos, totalizaram 390, num total geral de 1039. Das várias causas externas como causa de morte, destacam-se os acidentes de transporte, representando, em 2009, 12,4% dos óbitos masculinos e 5,2% dos óbitos femininos.

Grande parte destes acidentes de viação têm como origem da ligação entre a pouca experiência na condução com as mudanças das capacidades cognitivas e motoras estimuladas pelo consumo de substâncias, não sendo compatíveis com uma condução segura (NIDA, 2007).

1.2 Enquadramento Legal

1.2.1 Legislação sobre a condução de veículo sob influência de álcool

Conforme consta no Código da Estrada (CE), Artigo 81.º, al./1ª, refere que é proibido conduzir sob a influência de álcool ou de substâncias psicotrópicas.

No ponto 2, o condutor que apresente uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,5 g/l é considerado estar sob a influência de álcool ou, considerado em relatório médico, após exame realizado, conforme se encontra previsto no CE e legislação complementar.

Na alínea 3, da mesma forma consideram sob a influência de álcool os condutores que apresentem uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,2 g/l, que se encontrem em regime probatório, e os condutores que prestam serviços à comunidade, como exemplo de serviço urgente, de veículos de socorro, de táxi, de transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos, de veículos pesados de passageiros ou mercadorias ou ainda de transporte de mercadorias perigosas, após realizarem o respetivo exame constante no CE e legislação complementar ou da mesma forma considerado em relatório médico.

No ponto 4, refere que os valores de teor de álcool no ar expirado (TAE) em teor de álcool no sangue (TAS), tem por base o princípio que 1 mg de álcool por litro de ar expirado equivale a 2,3 g de álcool por litro de sangue.

No ponto 6, refere que quem infringir o mencionado no nº 1 é sancionado com coima de: a) por taxa de álcool no sangue entre 0,5 g/l e 0,8 g/l com 250€ a 1250€; b) por taxa de álcool no sangue entre 0,8 g/l e 1,2 g/l com 500€ a 2500€;

No ponto 7 refere que os limites de 0,5 g/l e 0,8 g/l referidos no número anterior, são reduzidos para 0,2 g/l e 0,5 g/l, respetivamente se o condutor se enquadrar no ponto 3.

No artigo 291.º do CP – “Condução perigosa de veículo rodoviário”, na al./1ª, menciona que, quem conduzir veículo com ou sem motor na via pública ou equiparada: a) por se encontrar sob influência de álcool ou em estado de embriaguez, sob influência de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou outros produtos com efeito análogo ou ainda por deficiência física, psíquica ou fadiga excessiva, e por isso não se encontrando em condições de conduzir em segurança, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

Portanto, o consumo de álcool só é considerado crime quando a taxa de álcool no sangue é igual ou superior a 1,2 g/l, no entanto não podemos deixar de falar dos comportamentos antissociais associados a esta prática, pois a condução mesmo com taxa inferior não deixa de ser um comportamento de risco porque o condutor não possui um autocontrolo total. Neste âmbito existe a necessidade de corrigir este tipo de fatores de risco, desenvolvendo e fortalecendo os fatores de proteção. A seguir vão ser referidas algumas das perspectivas teóricas que vão ao encontro desta temática.

1.3 Enquadramento teórico:

Na Criminologia actual podemos encontrar diferentes perspectivas das condutas antissociais e delitivas nos jovens. Tendo em conta a fase etária sob estudo, considera-se interessante aprofundar em algumas das teorias mais destacadas relativamente as condutas de consumo de álcool e drogas e a condução rodoviária. Neste sentido, serão abordadas as teorias sociológicas, nomeadamente do controlo social: Teoria do Autocontrolo, teorias psicológicas, especificamente a Teoria da Aprendizagem Social e ainda as teorias desenvolvimentais: fatores de risco e protecção.

1.3.1. Teorias sociológicas:

1.3.1.1 Teoria do Controlo Social: Autocontrolo

No que diz respeito aos crimes rodoviários, especificamente à condução sob o efeito do álcool, tem-se dado destaque às Teorias Sociológicas nomeadamente a Teoria

do Controlo Social, que explicam e sugerem uma perspectiva social da problemática antissocial e criminal nos jovens.

A falta de normas, designada por anomia, segundo Merton (1968), que considera como principal motivo do comportamento desviante a desorganização social. Este autor destaca também que o comportamento desviante sucede sempre quando o sujeito pretende alcançar um determinado fim pretendido, e não dispõe de meios legítimos, utiliza os meios ilegítimos.

1.3.1.2 Teoria da aprendizagem social e a teoria da associação diferencial

No ponto de vista das teorias da aprendizagem, tenta-se fazer uma abordagem das condutas antissociais ou delitivas como sendo assimiladas do grupo de amigos, por aprendizagem operante ou por aprendizagem social. Apesar de ser uma teoria clássica, na atualidade é utilizada para explicar o consumo de substâncias, essencialmente numa fase inicial (Becoña e Martin (2004). Sugere-se a utilização das suas convicções para auxiliar na prevenção no consumo abusivo de drogas.

Portanto, segundo os mesmos autores, se a conduta for adquirida por meio dos princípios de aprendizagem, logo, um comportamento igual pode ser realizado através da aprendizagem de outros comportamentos do grupo de pares.

Dessa forma, há influência dos efeitos da conduta visualizada, no que diz respeito enquanto observador. Os reforços vicariantes, o recebido pelo modelo de influência, tem assim influência no decorrer da aprendizagem social.

Segundo Hansenne (2004), no que diz respeito ao consumo de drogas, o sujeito visualiza o comportamento dos outros, como no grupo de pares ou entre pessoas relevantes, e adquire conhecimento que lhe possibilita mais tarde reproduzir esse comportamento. Apesar disso, não é considerado uma simples imitação, visto que o sujeito é que classifica a conduta visualizada, optando pela sua reprodução ou não.

Sutherland (1937; cit in Wood & Alleyne 2010) desenvolveu a Teoria da Associação Diferencial em que admite que a conduta criminal provém de todos os grupos sociais. O autor julga assim que as condutas dos adolescentes são transmitidas e aprendidas através de trocas interpessoais, sendo que esse conhecimento adquirido advém do convívio e relação com o grupo de pares. Considerando ainda que este

modelo está relacionado também a condutas delinquentes, operando assim como facilitadores de tal aprendizagem, e de condutas propícias ou (não) à transgressão das normas (Sutherland, 1939; cit in Wood & Alleyne 2010).

Assim, os jovens ao associarem-se a pares que possuam como norma o crime, vão desenvolver condutas, motivações e habilidades essenciais para se tornarem delinquentes (Sutherland, 1937 cit in Wood & Alleyne 2009). Afirmando ainda que os métodos de aprendizagem social são partilhados a outros mecanismos de aprendizagem.

A abordagem psicossocial considera o comportamento desviante como uma saída às expectativas das normas que predominam. Assim certos indivíduos mostram resistência ao cumprimento das normas estabelecidas e aceites pela sociedade, comportando-se de maneira a que não estivessem sujeitos às mesmas (Brito & Goulart, 2005).

1.3.2. Teorias psicológicas

Relativamente às interpretações psicológicas, as teorias expostas analisam essencialmente a personalidade do indivíduo, a sua constituição e os aspectos que a caracterizam (Agra e Matos, 1996).

Conforme refere Eysenck, a personalidade é estabelecida por meio de três aspetos essenciais: o psicoticismo, a extroversão e o neuroticismo. Assim, a conduta criminal é assimilada e é resultante de uma conciliação de elementos sociais e os fatores hereditários que o individuo apresenta (Carrilho, 2000). Na verdade, como refere o mesmo autor, características da personalidade como por exemplo a agressividade, disposições neurológicas, evidencias psicopatas, entre outras, combinadas com o ambiente que o individuo está enquadrado, definem os comportamentos transgressivos que este apresenta.

Por seu lado, Le Blanc e Fréchette, analisam a personalidade do infractor e concluem que ao existirem características como enraizamento de condutas criminais (envolvimento do individuo no crime), a dissociabilidade perdurável (anulação vínculos afetivos) e o egocentrismo exacerbado, podem estar na génese da formação de vários perfis de personalidades delinquentes (Manita, 1997).

Bolwby (1969; cit in., Carrilho, 2000) refere que circunstâncias como o individuo não ter contato com a mãe, ou figura equivalente, ao longo dos seus primeiros anos de idade, pode fazer com que o jovem opte por um caminho delinquente, vendo essas condutas como protecção dessa privação.

Relativamente às teorias psicológicas, alguns autores alegam a presença de uma “personalidade criminal” (*cit.in* Manita, 1997). Assim, é distinta a presença de várias características psicológicas que existem no individuo e definem as condutas transgressoras que o mesmo apresenta.

Carrilho (2000) considera a delinquência juvenil como um acontecimento ágil, isto é, apesar de que sejam perceptíveis desigualdades no que diz respeito à personalidade dos jovens, não é certo definir aspectos capazes de serem de um jovem criminoso. Situações como por exemplo a personalidade, o modo de vinculação, os acontecimentos ocorridos nos primeiros anos de vida, são fundamentais para compreender o individuo e o seu percurso transgressor.

1.3.3 Teorias desenvolvimentais:

Os pressupostos referidos vão de encontro do modelo da taxonomia referido por Moffitt (1993). Neste modelo, existem duas tipologias de delinquência, a “Delinquência Limitada à Adolescência”, tal como o nome designa, permanece somente no período da adolescência manifestando-se simplesmente condutas preparativas, controladas pelo jovem e usadas ocasionalmente quando tem essa necessidade ou quando essa prática origina alguma vantagem para o jovem. Variando, portanto conforme a necessidade ou ocasião que este tem para a conduta.

Sendo estes comportamentos praticados como forma de integrar ou consolidar a sua posição um certo grupo de pares ou por outro lado demonstrar a sua emancipação face aos pais. A conduta antissocial ocorre por volta dos 11 anos de idade, verificando-se interrupção das ações que teve na fase da infância. No fim da adolescência, o jovem torna-se maduro e abandona os comportamentos antissociais, devido a causas profissionais, familiares ou sociais (Born, 2005; Moffitt, 1993).

Sob a outra tipologia, da “Delinquência Persistente”, há casos em que o jovem não tem controlo dos seus atos, acabando por os praticar no decorrer da sua vida. Sendo que nestes casos, a prática de condutas antissociais tem um início prematuro,

manifestando-se na infância, constatando-se um aumento gradual da actividade criminal, tal como no que diz respeito à gravidade dos comportamentos durante a adolescência e a fase adulta (Born, 2005).

Moffit (1993) designa este perfil comportamental como “Comportamento Anti-Social Persistente” e é associado a um individuo com défices neuropsicológicos, os mesmos simultaneamente em convivência com meios educativos adversos ou criminais, poderão potenciar a formação de uma percurso criminal que durará ao longo de toda a vida do indivíduo.

Demonstram dificuldade em estabelecer relacionamentos, possuem pobres laços sociais. Ao mesmo tempo, associam-se a pares desviantes, que fortalecem e que dão preferência à prática da transgressão (Feldman, 2001).

O modelo do desenvolvimento social de Catalano e Hawkins (1996) refere vários comportamentos antissociais, podendo ir do consumo abusivo de substâncias aos delitos, por uma perspectiva que passa por diversos comportamentos cujos processos desenvolvimentais são semelhantes aos que levam aos comportamentos pró-sociais.

O objectivo geral desta perspectiva teórica, consiste em esclarecer os fatores que podem ter influência na antecipação do início em condutas antissociais ou violentas, a ascensão e a conservação, diminuição e o afastamento das condutas provocadores de alarme social, como o consumo de substâncias (Catalano e Hawkins, 1996).

O modelo de desenvolvimento social integra três componentes básicos: 1) o envolvimento na conduta criminosa e do consumo de substâncias no mesmo modelo; 2) a análise desenvolvimental das condutas, com progresso particular para cada faixa etária; 3) a apreciação dos fatores de risco e de protecção na análise do comportamento antissocial e ao consumo de substâncias.

Assim, segundo o modelo geral, existe a hipótese de se desenvolver uma de duas direções possíveis: a via pró-social e a antissocial. Se verificar prevalência de domínios pró-sociais, haverá desenvolvimento de comportamentos pró-sociais. No caso de haver predomínio de influências antissocial, as condutas efetuadas serão de carácter antissocial, podendo ocorrer consumo de substâncias até mesmo actos criminosos.

Nos dias de hoje, a entrada na adolescência é mais prematura do que à 15 anos atrás, iniciando este período entre os 10 e os 13 anos de idade. Este período de mudança é caracterizado em primeiro fisicamente, em segundo a mudança psicológica, sendo que

nesta fase o jovem vai-se afastar radicalmente do que foram os seus modelos na infância, e vai tentar encontrar outros modelos que mais se identifique (Braconnier & Marcelli, 2000). Nesta procura, o adolescente tenta encontrar o seu novo grupo de pares, para assim ter um modelo a seguir, relativamente à sua identidade no que diz respeito ao seu comportamento, à forma de falar e vestir como os restantes elementos do grupo. É com este grupo que o jovem vai participar em actividades desviantes, pois neste momento é com eles que se reconhece, visto que o restante grupo pensa de igual forma.

O risco para a adição de álcool está relacionado a elementos genéticos, neurológicos, comportamentais (personalidade), e com a envolvimento com o meio, que predetermina o começo do uso do álcool (Ministério da Saúde, 2008; cit in Rozin e Zagonel, 2012).

O período da adolescência é julgado por si só um causador de risco no que diz respeito ao consumo de álcool, relacionado aos comportamentos desenvolvidos nessa fase de avanço para a idade adulta. Quanto mais prematuro o começo, o risco de dependência será maior, levando a danos prejudiciais para o indivíduo (Silveira et al., 2008; cit in Rozin e Zagonel, 2012).

1.3.3.1. Fatores de risco e de protecção

Os fatores de risco não se encontram estagnados nem são imediatos, estando em permanente e activa interacção, promovendo a manifestação de comportamentos antissociais (Davies & Cummings, 2006; cit in Nunes e Trindade, 2013)

Os fatores de risco propagam e preservam a manifestação de condutas disfuncionais (Jessor, Turbin & Costa, 1998; cit in Nunes e Trindade, 2013).

Por outro lado os fatores de protecção, que promovem o domínio pessoal e social, face à perspectiva oposta da exteriorização dos comportamentos antissociais (Jessor, Turbin & Costa, 1998; cit in Nunes e Trindade, 2013). Como referem Hawkins et al., (1992; cit. in Feijó et al., 2001), indicam os seguintes elementos como fatores de protecção: um forte vínculo aos pais, um bom compromisso escolar e/ou de trabalho, uma regular ligação nas actividades religiosas, uma crença nos valores e regras da sociedade. Relativamente aos fatores de risco, os autores, julgam que o indivíduo desinformado tem mais tendência à utilização de substâncias, assim como o que possui descontentamento com a sua condição de vida ou saúde débil.

Assim, se um indivíduo adotar um estilo de vida com base num estável compromisso, com comportamentos dentro da norma, distanciará com certeza o sujeito de atitudes não normativas, como por exemplo o consumo de álcool, a utilização de drogas, bem assim a prática delitos. De outra forma, o predomínio dos fatores de risco, vai resultar, muito possivelmente, na manifestação de comportamento de risco (Jessor, 1991; cit in Nunes, 2010).

Pode-se considerar o risco, como resultado de uma decisão no sentido de se encontrar exposto a uma situação, que possibilita a aquisição de um bem ou de um desejo, abrange um possível dano físico ou perda, psicológica ou material (Schenker & Minayo, 2005; cit in Nunes, 2010). Na verdade, embora exista a possibilidade do risco poder implicar perigo, de modo a diferenciar o perigo uma vez que integra apenas um cálculo de casual presença de ameaça e perigo (Giddens, 1991; cit in Nunes, 2010), havendo a possibilidade do aumento da circunstância de danos. É de salientar que os fatores de risco se apresentam dinâmicos, por um processo longo e duradouro (Davies & Cummings, 2006), como exemplo das condutas delinquentes e do consumo de substâncias. Acresce ainda, que o risco, para além de contribuir para o aumento da possibilidade de se verificar um determinado acontecimento, não se deve nem se pode confundir com o motivo de tal ocorrência, sendo somente um dos diversos componentes que se mostram certamente associados à possibilidade desse fenómeno se confirmar (Gordis, 2009; cit in Nunes, 2010).

1.3.4. Teorias Ambientais:

1.3.4.1. Teoria das Oportunidades- *Routine Activity Approach*

Uma diferente perspectiva do crime, foi criada pelas chamadas teorisa da oportunidade. Dedicam-se ao conceito da oportunidade do crime, que se baseiam na suposta racionalidade dos indivíduos (Cordella e Siegel, 1996).

A *Routine Activity Approach* (Abordagem das Atividades de Rotina), delineada por Cohen e Felson (1979), é a teoria utilizada para expor o grupo da Teoria das Oportunidades, por se tratar de um modelo de fácil compreensão.

A Teoria das Oportunidades sugere que o delito se encontra intrinsecamente ligado a uma circunstância conveniente que se mostra acessível perante o potencial transgressor Cohen e Felson (1979).

Os mesmos autores consideram como “normal” o acontecimento da transgressão e não obrigatoriamente uma patologia que distingue o caráter do indivíduo transgressor do não transgressor. Da mesma forma defendem que, se a oportunidade é consideravelmente cativante e não estando propriamente preservada, a conduta transgressora irá inevitavelmente acontecer. Para a ocorrência de uma transgressão é somente necessária uma oportunidade, que qualquer indivíduo pode potencialmente praticar.

O aumento da delinquência é o outro lado do desenvolvimento, em virtude do aumento das oportunidades para as transgressões (Cohen e Felson, 1979; Wilson e Herrenstein, 1985).

Cloward e Ohlin (1960), estão relacionados com a Teoria da Oportunidade Diferencial, consideram que o surgimento dos grupos subculturais não tem um propósito de estatuto, mas sim um propósito económico. Para eles, a conduta transgressora deriva da identificação da discrepância entre as suas ambições e as possibilidades ou oportunidades normativas para conseguirem alcançar os seus objectivos. Assim os comportamentos antissociais surgem de forma única e ilegal e simultaneamente como forma de atingir os objectivos convencionais.

1.4. Estudos empíricos sobre fatores de risco ligados à condução sob efeitos do álcool

O consumo excessivo de álcool que ocorre presentemente nos jovens como forma de diversão é preocupante, quer pelas possíveis consequências prejudiciais para a saúde, assim como a tendência de condutas de risco (Eurobarometer, 2007). Na verdade segundo Sánchez, Carrillo e Montesinos (2000), por meio de vários estudos indicam a ligação “jovens, álcool e fim de semana” como causador de 60% dos acidentes nas estradas. Os autores, apresentam ainda o álcool como a substância que serve de comunicação ao consumo de outras drogas e, responsável de possível risco de condutas agressivas e desviantes, assim como justificativo do baixo rendimento universitário.

Todavia, a condução sob o efeito do álcool seja bastante mais predominante do que a condução sob o efeito de substâncias psicoactivas, o progressivo consumo de substâncias psicoactivas é questionado sobre a capacidade em controlar, de uma forma muito considerável, para a predominância a nível da sinistralidade rodoviária. De modo

que, estudos empíricos revelam que, os testes de alcoolémia realizados, deram resultado positivo e apresentam em 28% dos casos um poli- consumo (Appenzeller et al., 2005).

As condutas de risco, como conduzir ou ser conduzido sob o efeito de substâncias, pode ser explicada por fatores intrínsecos aos jovens, como a adrenalina ao desafiarem a lei, pensamentos onnipotentes ou a crença de proteção em relação aos acidentes rodoviários. Possuem ainda os jovens, a sensação de serem autónomos quando se encontram a infringir as normas (Pechansky, Szobot e Scivoletto, 2004), assim o Alcohol and Drugs Foundation of Austrália (2009), julga que estes jovens são um grupo de risco distinto, no que diz respeito à sinistralidade rodoviária. Outro esclarecimento a analisar sobre esta temática, e já acima mencionada, a inexistência de serviços nocturnos no que toca aos transportes públicos que levam o jovem a optar pela condução sob efeitos de tais substâncias (álcool e drogas) ou ainda ser conduzido por amigos ou até por desconhecidos nas mesmas circunstâncias.

Noutros estudos, é da mesma forma evidenciado, que posturas moderadas no que diz respeito ao consumo de álcool, baixa supervisão e controlo por parte dos pais, estão relacionados e elevados níveis de risco no ato da condução (Beck & Lockart, 1992; Bingham & Shope, 2004; Dotta-Panichi, 2005; Hartos et al., 2001, 2002; cit in Pimentão, 2011).

A presença de passageiros piora significativamente a probabilidade da ocorrência de acidentes nos condutores jovens sem experiência (Arnett et al., 1997; Cooper et al., 1995; Doherty et al., 1998; Scott-Parker et al., 2009; cit in Pimentão, 2011), de forma adequada ao número de elementos no interior do automóvel, isto é, a probabilidade da ocorrência de acidentes aumenta quanto maior for o número de indivíduos passageiros (Doherty et al., 1998; cit in Pimentão, 2011).

1.4.1. Investigações empíricas no âmbito internacional

Investigações efectuadas a nível internacional (Espanha, Taiwan, Austrália e Estados Unidos), ao longo dos 10 últimos anos, indicam que o consumo de substâncias psicoactivas está ligado com comportamentos delinquentes (Durant et al., 1997; Crowley et al., 1998; Amity-Mackesy e Fendrich, 1999; Kou et al., 2002; Gonzalvo, 2002; Belenko e Logan, 2003; Helstrom et al., 2004; Swahn e Donovan, 2004; Kim e Kim, 2005; Lennings et al., 2006; cit in Heim e Andrade, 2008).

Existe actualmente um consumo excessivo de álcool, podendo ser um dos fatores que leva a um crescimento de risco de violência (Heim e Andrade, 2008). Ferigolo et al. (2004) refere que quanto mais precoce seja o consumo de álcool, maior é a instabilidade e a probabilidade de adotar o abuso e dependência das mesmas.

Estudos (Galduroz, Noto, Nappo e Carlini, 2004; cit in Vieira, et al., 2007) apontam que o consumo de álcool é cada vez mais precoce, e tendem a fazê-lo de forma abusiva (binge drinking) ou seja beber cinco ou mais doses por ocasião (Hingson e Winter, 2003; cit in Vieira, et al., 2007). Tal conduta, eleva o risco da ocorrência de situações problemáticas, tais como: acidentes de trânsito, episódios de violência, problemas académicos, ferimentos não intencionais, entre outros (Reboussin, Song, Shrestha, Lohman e Wolfson, 2006 ; cit in Vieira, et al., 2007).

Mesmo que ainda sejam consumos eventuais, o individuo está exposto a tais problemas (Laranjeira e Romano, 2004; cit in Vieira, et al., 2007).

O álcool nos EUA está relacionado nas principais causas de morte nos jovens, entre os 10 e os 24 anos de idade, que são os acidentes de trânsito, ferimentos não intencionais, homicídio e suicídio (Galduroz, Noto, Fonseca e Carlini, 2005; cit in Vieira, et al., 2007).

Num estudo realizado no País de Gales e na Inglaterra por Heather e Kaner (2001), constataram que os jovens consomem mais álcool que os adultos. Referem que dos jovens entre os 16 e 24 anos de ambos os géneros, ingerem álcool para além do recomendável para a saúde, sendo a incidência de 35% os rapazes e 21% as raparigas, comparativamente com os adultos, 27% os homens e 13% as mulheres.

Assim como, Chan, Wu & Hung (2011; cit in Pimentão, 2011), conduziram um estudo focado na condução sob a influência do álcool. Basearam-se na Teoria do Comportamento Planeado, para pesquisar precedentes psicológicos e o propósito de conduzir após a ingestão de bebidas alcoólicas. Num universo de 124 jovens condutores chineses, de idades compreendidas entre os 19 e 35 anos, que responderam a um questionário *on-line*. Das respostas obtidas, apurou-se que o intuito de beber e conduzir estava relacionado com as atitudes, o autodomínio comportamental e a reacção positiva face às adversidades e era elevado o número de casos reincidentes de condução sob a influência do álcool. Os condutores do sexo masculino apresentavam maior intento em

conduzir após beber, assim como uma maior autoconfiança e domínio no seu comportamento após beberem do que as condutoras do sexo feminino.

Num estudo realizado por McGwin & Brown (1999), as causas em acidentes de viação que estão envolvidos os condutores jovens, estão relacionados com o consumo de álcool, a falta de experiência e o prazer de correr riscos, sendo estas as causas mais prováveis.

1.4.2. Estudos empíricos em Portugal

A literatura fornece alguns exemplos esclarecedores sobre a abordagem do estudo do consumo de drogas, comportamentos desviantes e o ato da condução em Portugal.

Entre 2007 e 2010 foi desenvolvido um estudo por parte de Lomba et al. (2011), em 9 cidades portuguesas (Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), em que a finalidade foi caracterizar os comportamentos desviantes no que diz respeito ao consumo de substâncias, a condução rodoviária e a violência, por parte de jovens que convivem em ambientes de diversão noturna. A amostra era de 150 jovens por cidade, totalizando no final uma amostra de 1257 indivíduos. O questionário foi o instrumento usado para a obtenção dos resultados, concebido pela rede IREFREA, “Questionário da Caracterização da População”.

Nos dados obtidos pela caracterização sociodemográfica o intervalo de idades da amostra está compreendida entre os 15 e 35 anos de idade, distribuída sensivelmente de igual forma entre os dois géneros, sendo um dado relevante que em todos os locais os jovens têm maioritariamente formação académica no ensino superior. No que diz respeito à ocupação laboral, na maioria das cidades do universo escolhido, a maior parte é estudante, excecionalmente apenas as cidades do Porto e Ponta Delgada que apresentam indivíduos trabalhadores.

Na amostra inquirida, verifica-se que 52,2% concluiu ou está prestes a concluir formação académica superior e que somente 13,8% possui formação académica básica. Comparativamente ao País em geral, como demonstra o INE (2010, cit in Lomba et al., 2011) simplesmente 16,05% possuem formação superior e 64,40% tem instrução básica, sendo relevante o nível elevado de formação que os indivíduos que frequentam espaços de recreação nocturna possuem.

A adoção deste comportamento por parte dos jovens universitários é fundamentada por Melo et al. (2010) devido à relevância que o plano lúdico pode cumprir no âmbito da integração dos indivíduos à vida universitária, bem assim na luta à frustração, e ao *stress* relacionados ao insucesso universitário.

Estes jovens por norma saem por mês aproximadamente seis noites, no entanto as cidades de Viana do Castelo, Aveiro e Viseu costumam sair mais vezes, opondo-se à cidade de Lisboa, em que os jovens saem muito menos. Verificou-se ainda, que na globalidade os indivíduos saem mais do que uma vez por fim de semana e frequentam dois ou três espaços de diversão nocturna por noite (Lomba et al., 2011).

Tal como Shinar et al. (2001; cit in Pimentão, 2011), verificaram nos resultados do seu estudo, que os condutores do sexo feminino declaravam privar-se de beber e conduzir (91%) comparativamente aos condutores do sexo masculino (76%). Uma perspectiva que se observa, em vários estudos sobre essa temática, é a evidência desta situação se encontrar em crescente, essencialmente no que diz respeito ao sexo feminino (Laapotti et al., 2003; cit in Pimentão, 2011). Considera-se apropriado examinar se o crescente consumo manifesta relação com a idade, isto é, se se confirma que as jovens condutoras consomem mais álcool do que as condutoras com mais idade. Realmente, constatou-se nos *focos group* que foram realizados sobre o tema do comportamento de risco de consumo de álcool no ato da condução, as jovens condutoras admitiam que, de quando em vez, conduziam sob a influencia do álcool. Verificou-se ainda que este tipo de investigação quando ocorre com amostras de estudantes universitários, este comportamento rodoviário de risco está associado às festividades académicas (Laapotti et al., 2003; cit in Pimentão, 2011).

1.4.2.1. Tipo de transporte utilizado

No estudo de Lomba et al. (2011), em 9 cidades portuguesas (Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), entre 2007 e 2010, os jovens em estudo, aquando das deslocações para os espaços nocturnos, a maior parte deles prefere utilizar a sua viatura tanto na ida (73,70%) como na vinda para casa (71,83%), verificando-se tal preferência em todas as cidades em estudo.

Os transportes públicos apenas são usados por 5,13% dos jovens, percentagem essa que ainda diminuiu em 31,19% aquando do regresso a casa, contrariamente aos táxis, que se constata um aumento de 98,80%. Os inquiridos fundamentam que não utilizam os transportes públicos devido a não existirem ao longo da noite (25,84%) e 55,38% pontam como ser uma opção pessoal por utilizar o seu transporte pessoal (Lomba et al., 2011).

Perante este estudo (Lomba et al., 2011), é evidente que 37,79% dos jovens acompanharam alguém que conduziu sob o efeito de álcool ou drogas, 19,90% ele próprio conduziu embriagado. Estas condutas de risco, podem ser explicadas em parte pelos jovens possuírem particularidades próprias, como exemplo infringirem a lei, considerarem que tem a capacidade de fazer tudo que não seja logicamente contraditório bem como a certeza de estar protegido de acidentes de forma irreal e ainda a crescente impressão de que é autónomo quando se encontra em transgressão (Pechansky, Szobot & Scivoletto, 2004).

Marín-León e Vizzotto (2003), referem que os jovens se deslocam para os ambientes recreativos nocturnos utilizando o transporte pessoal, em virtude da rede de transportes públicos ser insuficiente.

Calafat et al. (2009) apontam que o regresso a casa dos jovens é feito utilizando o táxi, uma vez que existe carência de transportes públicos. Referem ainda que a escolha de transporte particular, poderá estar relacionada com o estatuto social, o reconhecimento como pessoa adulta ou ainda a possibilidade de conseguir um parceiro sexual.

Measham e Brian (2005); Calafat et al. (2007) referem que os jovens para além de ingerirem álcool também consomem outras drogas ao longo da noite, enquanto Jones et al. (2008); Morleo, Elliott e Cook (2009) frisam que quando os jovens regressam a casa no veículo particular, agravam a situação, aumentando assim o risco de acidente rodoviário.

1.5. Ponto de partida para a investigação

A cultura apropriou-se do modo de beber da população mais jovem, os quais para se integrarem consomem bebidas alcoólicas (Vicente et al., 2001). A população estudantil tem como a norma mais importante o fato de beber, sendo particularmente

relacionado com as saídas noturnas com o grupo de pares (Freyssinet-Dominjon & Wagner, 2006).

É clara a importância de estudar e compreender os jovens e os seus comportamentos, devido sobretudo aos principais fatores supra referidos, que põem em causa a sua saúde e que muitas vezes se encontram associados à mortalidade ou incapacidade permanente nestas faixas etárias, devido aos comportamentos de risco que adotam (Igra & Irwin, 1996).

Constatou-se haver diferenças conforme a escolaridade e a ocupação dos jovens, no que toca à condução sob o efeito do álcool. Inesperadamente, uma formação académica superior, não funciona como proteção para evitar os comportamentos de risco rodoviários, pois são os jovens universitários que tem maior tendência a conduzir sob o efeito do álcool (Clafat et al., 2006).

Na literatura que se debruça a criminologia, tem sido muito estudadas as condutas de consumos, nomeadamente o de álcool e posterior condução sob o efeito do mesmo. Assim, temos estudos que referem o consumo de álcool como uma conduta transgressora e ao mesmo tempo de integração social com o grupo de pares.

Capítulo II – Contribuição Empírica

2.1. Metodologia

A metodologia utilizada para a realização da seguinte proposta de estudo empírico será um estudo quantitativo, com utilização da técnica do inquérito, junto dos estudantes universitários, para perceber quais as situações que os levam a envolverem-se em condutas de risco, nomeadamente ao consumo de álcool, na condução rodoviária.

A proposta consistirá num estudo exploratório e descritivo dos resultados de um inquérito de autorrelato.

2.2. Objetivos de estudo

Após ter aprofundado as diferentes perspectivas teóricas, e tendo em conta os contributos dos estudos empíricos referidos anteriormente, considerou-se interessante identificar os fatores de risco e proteção, quer sociológicos, quer psicológicos ou situacionais, relativamente ao consumo abusivo de álcool e a condução.

Desta forma os principais objetivos desta investigação serão:

- Explorar os fatores de influência que levam os jovens a terem essas práticas abusivas do consumo de álcool.
- Identificar os efeitos e a prevalência dessas práticas abusivas na condução rodoviária.
- Analisar em que medida os jovens universitários identificam os riscos da condução sob os efeitos do álcool.

Como objetivos mais específicos, pretende-se assim identificar e reconhecer padrões de consumo de álcool, bem assim assimilar a relação entre o consumo de tal substância com comportamentos desviantes e a condução e ainda procura investigar como se relacionam entre si, os comportamentos de risco, o sexo, a idade, o número de vezes que foi apanhado com álcool e o risco com o fato de o sujeito ir ou não acompanhado.

Para se atingirem tais objetivos, existe a necessidade de se definir quais os materiais e procedimentos a utilizar para a recolha das informações pretendidas.

2.3. Procedimentos

O tema será abordado junto da comunidade universitária, onde se solicitará o seu consentimento informado (cf. Anexo A), será transmitida toda a informação no que diz respeito a os objectivos de estudo, bem assim os objectivos pretendidos, sendo-lhes dado garantias de anonimato e confidencialidade.

Todo o processo de recolha de dados terá subjacentes os princípios formais e éticos à participação de pessoas na investigação, particularmente o consentimento livre e esclarecido dos indivíduos que participantes. Os jovens seleccionados que serão convidados a participar de forma consentida, voluntária, anónima e informada no estudo, darão o seu consentimento de forma escrita.

Neste sentido, e com o intuito de respeitar as normas éticas, o projeto será apresentado à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa.

2.3.1. Caraterização da amostra

A amostra será constituída por um 150 estudantes universitários, seleccionados aleatoriamente, nos três ciclos de estudo da Universidade Fernando Pessoa, localizada na cidade do Porto.

2.3.2 Instrumento

Com base num instrumentos de auto-relato da população alvo, os estudantes universitários, procurando saber a respeito de comportamentos desviantes e consumo de álcool durante a condução, recorrendo aos dados fornecidos pelos mesmos, por meio de questionário.

Segundo Alves (2006), as vantagens fundamentais dos questionários estão relacionados com a circunstância de que a presença de quem pesquisa nem sempre é obrigatória, assim como poder-se aplicar a um número elevado de indivíduos e serem flexíveis havendo a possibilidade de uma vasta e variada recolha de informação.

Para a realização desta investigação, irá fazer-se um levantamento de dados, através da técnica do inquérito.

O questionário (cf. Anexo B) será un inquérito de auto-relato realizado “ad hoc” para o estudo e, tem como objetivo a recolha de informação a respeito do fenómeno;

sendo preenchido pelos alunos selecionados na amostra. As perguntas existentes no inquérito basearam-se na revisão bibliográfica no que diz respeito ao consumo de álcool, e os fatores de risco da condução rodoviária sob os efeitos do álcool.

Assim, no “Capítulo - I”, aborda as variáveis referentes aos dados sociodemográficos, nomeadamente o sexo, a idade, a nacionalidade e a situação universitária, permitindo assim caracterizar a amostra em estudo.

Seguidamente, o capítulo II, inclui questões que se demonstram relevantes para a investigação bem como para os resultados pretendidos. Inicialmente uma questão sobre o que o inquirido entende por conduzir sob o efeito de álcool. De seguida questões sobre se o mesmo é consumidor ou não de álcool e com que frequência adota esse comportamento, e da mesma forma se ocorre aquando conduz, e se esse comportamento interfere na sua condução. Incidem ainda se os estudantes tendem a evitar alguma substância quando conduzem, e quais os motivos que o influenciam para evitar o consumo quando vão conduzir. Serão recolhidos dados relativos ao conhecimento dos inquiridos em relação aos seus colegas e amigos consumidores de álcool. Finalmente, se o jovem já foi fiscalizado ou já esteve envolvido na ocorrência de acidentes em que envolvessem álcool e por fim qual a perspectiva do jovem em relação a esta problemática e o que propõem para reduzir.

Os questionários serão autoadministrados, encontrando-se o investigador disponível para clarificar qualquer dúvida.

Tendo com base os dados recolhidos, será seguidamente efectuada a respectiva análise dos dados, isto é, as questões serão codificadas e colocadas numa base de dados, de modo a realizar a análise estatística com o software SPSS.

2.4 Resultados Esperados

Com base nos estudos desta investigação, espera-se obter resultados que possibilitem alcançar os objectivos inicialmente propostos que vão no sentido de explorar os fatores de influência que levam os jovens a terem práticas abusivas do consumo de álcool e a condução rodoviária.

Além disso, mediante o questionário que será fornecido aos inquiridos, pretende esclarecer o seguinte: identificar e recolher padrões de consumo, assimilar a relação

entre o consumo de álcool e os comportamentos desviantes, para assim, nos permitir um conhecimento mais aprofundado do fenómeno, a fim de compreender a proporção desta problemática no contexto universitário.

Espera-se por parte dos alunos da Universidade Fernando Pessoa uma adesão positiva, relativamente ao questionário proposto.

Da mesma forma, espera-se também, saber quais os elementos do ponto de vista dos próprios estudantes, que podem estar na origem desses consumos de álcool no ato da condução e os efeitos que podem ter estes comportamentos. Assim, permitirá indagar se existe ligação entre o insucesso escolar e o consumo de álcool.

Num estudo realizado por Pimentão, em 2008, com o intuito de analisar o comportamento de risco ao volante, com uma amostra de condutores jovens estudantes universitários do Porto, com idades compreendidas entre 18 e os 24 anos, constatou-se que os comportamentos que estes referiam praticar menos, eram os de risco de consumo, como por exemplo a condução sob o efeito do álcool. Da mesma forma, estes jovens condutores consideraram este comportamento como sendo de risco elevado. Os condutores homens comparativamente às mulheres, apresentaram um comportamento de risco mais elevado, sendo que o subgrupo etário dos 23 e 24 anos, foi o que demonstrou o comportamento de risco mais elevado, no que diz respeito ao consumo (Pimentão, 2008).

Após a obtenção dos resultados, passamos à discussão, articulando mediante os resultados aqui recolhidos com outros estudos mencionados na parte teórica.

2.5 Discussão

Como refere a literatura científica, o comportamento de risco tem diversos fatores de risco que incluem a fase etária, a personalidade do próprio indivíduo, o ambiente físico que o rodeia, o grupo de pares, que poderão ser fatores chave de um uso conflito do álcool.

O caminho mais eficaz de resposta, mais fácil e mais económico é a prevenção (Lomba, 2011). Neste sentido, a proposta de estudo pretende ser uma mais-valia para encorajar políticas de prevenção mais efectiva.

São pilares fundamentais para desenvolver práticas preventivas: o controlo social desempenhado pela família, a educação em valores, o papel das escolas e instituições de ensino universitário.

A maneira de precaver um fenómeno que parece já tão usual no meio da comunidade universitária é conhecê-lo, e as instituições de ensino devem promover programas de prevenção neste sentido.

Tendo com base os resultados que se obtiveram em consequência do estudo aqui representado, é exequível redefinir programas de prevenção também junto das comunidades de residência e no policiamento de proximidade.

2.6. Conclusão

É de extrema importância referir, que os fatores de risco, têm uma função crucial aquando da tomada de decisão para a evolução dos indivíduos no que diz respeito ao consumo de substâncias, a título de exemplo, e como anteriormente narrado, as festividades académicas e os espaços nocturnos, são lugares propícios ao consumo de álcool e posterior condução sob o efeito de tal substância. Contrariamente a estes, os fatores de protecção que apresentam um efectivo positivo nestes jovens, como exemplo, a existência de uma estrutura familiar sólida, os objectivos definidos pelos mesmos, o fato de integrar um grupo de pares sólido, entre outros.

É nas saídas nocturnas, recorrentes dos jovens, as actividades recreativas, que os próprios se expõem a diversos perigos, adotando comportamentos de risco, tais como, o consumo de drogas ilegais e legais, a violência e a condução sob o efeito do álcool e outras drogas (Rodríguez & Agulló, 2003).

O fato dos jovens não atribuírem valor ao risco, como referem Lomba et. al (2011) que alertam, que este grupo etário é o que mais corre riscos rodoviários e ao mesmo tempo estes jovens não possuem a consciência do perigo. De outra forma, a escassez de transportes públicos no períodos nocturno, de forma adequada para fazer face às necessidades destes jovens, é decisivo a utilização de transportes inseguros, como exemplo conduzir ou ser conduzido por alguém sob o efeito do álcool (Calafat et al., 2009).

Em síntese, após elaboração do projeto, serão possível verificar se há relação entre o consumo de álcool e a condução. A literatura tem verificado que as políticas públicas apenas se concentram no desenvolvimento académico dos alunos, esquecendo o papel que devem assumir no que diz respeito ao crescimento pessoal e social dos estudantes. O estímulo e a criação de vínculos positivos são fundamentais na vida dos jovens, uma vez que podem antecipar certos comportamentos de risco.

Considera-se que são precisos programas de prevenção sobre o comportamento abusivo do consumo de álcool. Tem de se mostrar uma prioridade por uma variedade de razões, das quais Secades (2001; cit in Nunes e Jólluskin, 2010) salienta que o álcool transformou-se na droga aditiva com mais impacto prejudicial nos jovens; para além disto a idade é cada vez mais prematura. Este decréscimo da idade na iniciação do consumo do álcool provoca um agravamento dos problemas de saúde associados à sua dependência (alcoolismo). Nos jovens que ainda não se encontram com hábitos problemáticos de consumo o mais adequado será uma abordagem de cariz preventivo; por fim deve-se ter em conta que, segundo conclusões de diversos estudos (e.g. Fonseca, 2002; Zeigler et al., 2005; Mendes e Lopes, 2007), o álcool consiste numa substância de iniciação que, pode levar posteriormente ao consumo de outras drogas.

No estágio realizado na Polícia Municipal do Porto, deparei-me com situações relevantes como ponto de partida da prevenção dos ilícitos em apreço, sendo ainda de evidenciar que poderá fazer-se muito mais neste âmbito, com algumas alterações nas políticas públicas, num aumento de policiamento de proximidade e conseqüentemente num maior controlo, para assim se reduzirem as oportunidades dos jovens adoptarem tais comportamentos abusivos e conseqüentemente prevenir com maior objetividade e tentar reduzir ao máximo o elevado número de jovens que atualmente seguem estas condutas antissociais, podendo ser reeducados dos maus hábitos que possuem.

Desta forma, conclui-se que existe uma necessidade de investigação para o conhecimento das características da actual condição e características da população, providenciar-se e realizarem-se acções de prevenção, para assim haver uma diminuição do consumo de álcool por parte do jovens, bem assim antecipar comportamentos com a condução sob o efeito desta e doutras substâncias.

Referências bibliográficas

Alves, N. A. C. (2006). *Investigação por Inquérito*. Universidade dos Açores. Ponta Delgada.

Código da Estrada. ANSR. Álcool ou estupefacientes- Lei n.º 72/2013, de 3 de Setembro. *Secção XII: “Regras especiais de segurança”*.

Appenzeller, M.; Schneider, S.; Yegles, M.; Maul, S. & Wenning, R. (2005). “Drugs and chronic alcohol abuse in drivers”. *Forensic Science International*. 155 (2-3), 83-90.

Agra & Matos (1996). *Projecto Droga e Crime Estudos Interdisciplinares Trajectórias Desviantes*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto. (Vol.XIV).

Alcohol and Drugs Foundation of Austrália (2009). Drugs and driving [On line]. Disponível: <http://www.ukcia.org/research/ADFDugsandDriving.htm>.

Becoña, E. e Martín, E. (2004). *Manual de intervención en drogodependencias*. Madrid, Síntesis.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. In C. Editores (Ed.). Lisboa.

Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Brito, D. & Goulart, I. (2005). *Avaliação psicológica e prognóstico de comportamento desviante numa corporação militar*. *Psico-USF*. 10(2), 149-160.

Calafat, A.; Fernández, C.; Juan, M. & Becona, E. (2006). “Gestión de la vida recreativa: un factor de riesgo determinante en el uso reciente de drogas?”. *Adicciones*. 17 (4), 337-347.

Calafat, A.; Fernández, C.; Juan, M. & Becona, E. (2007). *Mediadores recreativos y droas. nueva área para la prevención*. Palma de Mallorca: IREFREA.

Calafat, A.; Juan, M.; Adrover, D.; Bellis, M.; Hughes, K.; Stocco, P.; Siamou, I.; Mendes, F. & Bohm, K. (2009). “Traffic risk behaviors at nightlife: drinking talking drugs, driving use of public transport by young People”. *Traffic Injury Prevention*, 10, pp. 162-169.

Carrilho, L. (2000). Influências Familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados. Tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Psicologia de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

Catalano, R. F. e Hawkins, J. D. (1996). The Social development model. A theory of anti-social behavior. In: J. D. Hawkins. Delinquency and crime. Current theories. New York, Cambridge University Press, pp. 149-197.

Centro Regional de Alcoologia do Sul (2001). “Declaração sobre os Jovens e o Álcool”. Adaptada em Estocolmo a 21 de Fevereiro de 2001. in <www.cras.min-saude.pt/Declara%E7%E3o%20alcohol.pdf>.

Cloward & Ohlin (1960). Delinquency and opportunity. New York, Free Press.

Código Penal e Processo Penal. [36ª versão](#)- Lei n.º 30/2015, de 22 de Abril. Capítulo. IV- “Dos crimes contra a segurança das comunicações”.

Cohen, L. & Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*. v.44, 4 p.588-608.

Cordella, P. & Siegel, L. (1996). Readings in Contemporary Criminological Theory. Boston, Massachusetts: Northeastern University Press.

Davies, P., & Cummings, M. (2006). Interparental discord, family process, and developmental psychopathology. In D. Cicchetti, & D. Cohen (Eds.), Developmental psychopathology. Risk, disorder, and adaptation (pp. 86-128). Oxford: John Wiley and Sons.

Eurobarometer (2007). *Attitudes towards alcohol*. Eurobarómetro. 66.2: Special Eurobarometer 272b. [Online]. Disponível em: http://ec.europa.eu/health/ph_determinants/life_style/alcohol/documents/ebs272_en.pdf.

Feijó, R. et al. (2001). *Comportamento de risco na adolescência*. Jornal de Pediatria. 77 (2): Sociedade Brasileira de Peditria.

Feldman, R. et al. 2001. O Mundo da Criança. Lisboa, Mc Graw-Hill.

Ferrigolo, M. et al., (2004). Drug prevalence at Febem, *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Porto Alegre. 26(1): pp. 9-5.

Freyssinet- Dominjon, J. & Wagner, A. (2006). *Os estudantes e o álcool: formas de beber na nova juventude*. Coimbra: Quarteto.

Fonseca, H. (2002). *Compreender os adolescentes- Um desafio para pais e educadores*. Editorial Presença.

Gabinete do Secretário-geral. (2010) *Relatório Anual de Segurança Interna 2009 (RASI)*. Lisboa.

Gabinete do Secretário-geral. (2015) *Relatório Anual de Segurança Interna 2014 (RASI)*. Lisboa.

Hansenne, M. (2004). *Psicologia da personalidade* (J. G. Almeida, Trad.). Lisboa, Climepsi. (original publicado em 2003).

Heather, N. & Kaner, E. (2001). “Brief interventions: an opportunity for reducing excessive drinking”. Paper presented to Working Group: Health Systems and Alcohol at Ministerial Conference on Young People and Alcohol, Stockholm. Sweden: 19-21.

Heim, J. & Andrade, A. (2008). Efeitos do uso do álcool e das drogas ilícitas no comportamento de adolescentes de risco: uma revisão das publicações científicas entre 1997 e 2007. *Revista de Psiquiatria Clínica*. 35, supl. 1. pp.61-64.

Igra, V. & Inwin, C. (1996). *Theories of adolescent risk-taking behavior. Handbook of adolescent health risk behavior*. New York: Plenum Press.

Instituto Nacional de Estatística (INE) (2012). *Estatísticas Demográfica 2010*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP. ISSN: 0377-2284

Jones, L.; Bellis, M.; Dedman, D. (2008). Alcohol-attributable fractions for England: alcohol-attributable mortality and hospital admissions. North West Public Health Observatory, CPH, LJMU, Liverpool.

Lomba, L. et al. (2011). Jovens portugueses que frequentam ambientes recreativos nocturnos. Quem são e comportamentos que adoptam. *Revista Toxicodependências*, 17(1), 3-15.

Manita, C. (1997). Personalidade criminal e perigosidade: do sujeito criminoso ao (s) perigo (s) de se tornar objecto duma “personalidade criminal”, *Revista do Ministério Público*, A. 18 (N.º 69/ Jan- Mar), pp. 55-80.

Matos, MG. (2003). Equipa do Projeto Aventura Social e Saúde. *A saúde dos Adolescentes portugueses (quatro anos depois)*. Relatório Português Estudos HBSC. Lisboa: FMH.

Marín-León & Vizzotto, M. (2003). “Comportamentos no trânsito: um estudo epidemiológico com estudantes universitários”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19 (2): 515-523.

McGwin, B. & Brown B. (1999). Characteristics of traffic crashes among young, middle-aged, and older drivers. *Accident Analysis and Prevention*, 31, 181-198.

Measham, F. & Brain, K. (2005). “Bringe drinking, British alcohol policy and the new culture of intoxication”. *Crime Media Culture*. 1: 262-283.

Merton, R. (1968). *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou.

Melo, R. et al. (2010). “Intervenção em contexto Festivo no Ensino Superior”. *Toxicodependências*. IDT. 16 (1): 12-28.

Mendes, V. & Lopes, P. (2007). Hábitos de consumo de álcool em adolescentes. *Revista Toxicodependências*, 13(2), 25-40.

Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review*.

Morleo, M.; Elliott, G.; & Cook, P. (2009). *Alcohol in transport: issues and interventions*. Centre for Public Health. Liverpool John Moores University. Liverpool.

National Institute on Drugs Abuse (NIDA) . (2007). *Drug-impaired driving by youth remains serious problema*. [On line]. Disponível em: <http://www.nih.gov/news/pr/oct2007/nida-29.htm>.

Nunes, L. (2010). Delinquência e consumo de drogas: risco, protecção e prevenção. *Ousar integrar – revista de reinserção social e prova*. 5, 2-10.

Nunes, L. & Jóluskin, G. (2010). *Drogas e comportamentos de adição: um manual para estudantes e profissionais de saúde*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Nunes, L. M. e Trindade, J. (2013). *Criminologia – Trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. (2007). *Relatório anual 2007. Evolução do fenómeno da droga na Europa*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

“Consumo de álcool, e a condução: um estudo exploratório no contexto universitário”

Organização Mundial de Saúde (OMS). 2002. *Relatório Mundial de Saúde: Saúde mental concepção, nova esperança*. Lisboa: Direção Geral de Saúde.

Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). *Facts for adolescents. A Contribution to achieving the Global Goals and Universal Access for Young People*. [Online]. Disponível em: http://www.afro.who.int/adh/documents/facts_for_adolescents.pdf.

Organização das Nações Unidas. (2005). *World Youth Report 2005. Young people today, and in 2015. The World Programme of Action for Youth on Drug Abuse*. United Nations Publication.

Pimentão, C. (2008). Análise do comportamento de risco ao volante de jovens condutores com base na teoria do comportamento planeado de Ajzen. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 5, 202-217.

Pimentão, C. (2011). *Análise do Comportamento Rodoviário de Risco a partir da Teoria do Comportamento Planeado: O papel das crenças atitudinais e normativas sob a influência do álcool*. Tese de Doutoramento, Universidade da Coruña, Corunha, Espanha.

Pechansky, F., Szobot, C. & Scivoletto, S. (2004). Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 26 (suplemento 1): 14-17.

Rodrigues, M.; Pereira, A. & Barroso, T. (2005). *Educação para a saúde: formação pedagógica de educadores de saúde*. Coimbra: Formosau Formação e Saúde.

Rodríguez J, Agulló E. (2003) Jóvenes, fin de semana y uso recreativo de drogas: evolución y tendencias del ocio juvenil. En: J Bobes, PA Sáiz. (eds.). *Monografía drogas recreativas*. Adicciones, 15 (supl. 2): 7-34.

Rozin, L. & Zagonel, I. (2012). Fatores de risco para dependência de álcool em adolescentes. *Acta Paul Enfermagem*. 25 (2): 314-318.

Sánchez, E.; Carrillo, J. & Montesinos F. (2000). “Consumo de alcohol en escolares: descendo de la edad de inicio y cambios en los patrones de ingesta”. *Adicciones*, 12, 1, pp. 57/64.

Torres, A. (1996), *Demografia e desenvolvimento: elementos básicos*. Lisboa: Gradiva.

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2004). Global illicit drug trends 2004. New York: United Nations.

Vicente, S., Nunes, A., Viñas, C., Freitas, D. & Saraiva, C. (2001). *Depressão, ideação suicida e desesperança em doentes alcoólicos*. *Psiquiatria Clínica*, 22(1), 85-93.

Vieira, D. et al., (2007). Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais. *Revista Saúde Pública*. 41 (3). São Paulo: Brasil.

Wilson, J. & Herrenstein, R. (1985). *Crime and human nature: the definitive study of the causes of crime*. Nova York, Touchstone Book/ Simon & Schuster, Inc.

Wood, J. & Alleyne E. (2010). *Aggression and Violent Behavior: Street gang theory and research: Where are we now and where do we go from here?* pp. 100-111.

World Health Organization (OMS). (2001). *Global status report: alcohol and young people*. Geneva.

World Health Organization (OMS). (2004). *Global status report on alcohol*. Geneva.

Zeigler, D. W.; Wang C. C.; Yoast, R. A.; Dickinson, B. D.; McCaffree, M. A.; Robinowitz, C. B & Sterling, M. L. (2005). “*The neurocognitive effects of alcohol on adolescents and college students*”. *Preventive Medicine*, 40: 23-32.

Anexos